

Desigualdade Social e Pobreza: reflexões teóricas e abordagens explicativas

Silvia Lima de Aquino* | Silvia Aparecida Zimmermann**

Os resultados do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) global de 2019, produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI) (2019), indicam que mais de 2/3 do que o índice considera como multidimensionalmente pobres (886 milhões de pessoas), vivem em países de renda média. Destes, cerca de 440 milhões vivem em países de baixa renda. Ainda segundo o IPM, uma em cada três crianças ao redor do mundo é, multidimensionalmente pobre, em comparação com um em cada seis adultos. Isto significa, segundo o índice, que quase metade das pessoas que vivem em pobreza multidimensional são crianças (663 milhões). De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE de 2019, no Brasil, no ano de 2018, cerca de 13,5 milhões de pessoas viviam com renda mensal *per capita* inferior a R\$ 145, ou seja, com menos de U\$S 1,9 por dia, referência adotada pelo Banco Mundial para identificar a condição de extrema pobreza. Ademais, os referidos dados assinalam ainda que, um quarto da população brasileira, ou seja, 52,5 milhões de pessoas, ainda vivia com menos de R\$ 420 *per capita* por mês em 2019.

Enquanto de um lado muitos buscam sobreviver com muito pouco, de outro lado, uma pequena parcela da população mundial vive com uma renda vultosa. Este é o foco do debate em torno da desigualdade da renda. No caso brasileiro a escalada da desigualdade da renda domiciliar *per capita* vem aumentando desde 2014, conforme pesquisa promovida pela Fundação Getúlio Vargas iniciada em 2019, a partir de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua (NERI, 2019). Este estudo aponta que desde o final de 2014 até o segundo trimestre de 2019,

* Professora Adjunta do Departamento Interdisciplinar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Campus Litoral e do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREES/UFRGS). E-mail: silvia.aquino@ufrgs.br

** Professora Adjunta do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, no bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD/UNILA). E-mail: silvia.zimmermann@unila.edu.br

<http://dx.doi.org/10.51861/ded.dmvu.1.001>

a renda dos 50% mais pobres da população caiu 17%, a dos 10% mais ricos caiu apenas 3% e a renda do grupo de 1% mais ricos subiu 10%. Segundo o estudo, tendo em vista a recessão na média e ganho no topo da pirâmide populacional, os mais pobres tiveram perdas mais acentuadas que a média da população.

A pobreza e a desigualdade no Brasil também têm um recorte étnico-racial. Segundo o informativo denominado “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” (IBGE, 2019), no ano de 2018 pretos e pardos somavam 55,8% da população brasileira, mas, representavam apenas 27,7% das pessoas que compunham os 10% com os maiores rendimentos. Por outro lado, este grupo correspondia a 75,2% dos indivíduos entre os 10% com os menores rendimentos. Ademais, o informe destaca ainda que a proporção de pessoas pretas e pardas com rendimentos inferiores a linha de pobreza, foi maior que o dobro da proporção de pessoas brancas. Assim, enquanto 3,6% das pessoas brancas tinham rendimentos inferiores a US\$ 1,90 diários, 8,8% das pessoas pretas ou pardas situavam-se abaixo desse patamar no Brasil.

Entre os efeitos da desigualdade de renda está a menor expectativa de vida das populações. A América Latina é considerada uma das regiões mais desiguais do mundo, e conforme estudo publicado na *The Lancet Planetary Health* (BILAL *et al.*, 2019), sobre grandes cidades latino-americanas, a expectativa de vida de homens e mulheres depende diretamente da maior renda alcançada. Por exemplo, na Cidade do Panamá (Panamá) esta diferença chega a 15 anos para homens e mulheres; em Santiago (Chile) cerca de 9 anos para homens e 18 anos para mulheres; na Cidade do México (México) em torno de 11 anos para homens e 9 anos para mulheres; em Buenos Aires (Argentina) chega a cerca de 4 anos para homens e 6 anos para mulheres; e em Belo Horizonte (Brasil) ao redor de 4,0 anos para homens e 7 anos para mulheres.

Recentemente as diferentes crises advindas da pandemia da Covid-19 (sanitária, econômica, política, social, etc.), que afetam ainda mais as regiões e extratos mais pobres, ocasionam previsões catastróficas em relação ao aumento da população mundial em condição de pobreza e pobreza extrema. Ao longo da pandemia é possível perceber como diferentes extratos da população têm recebido os impactos advindos do referido contexto. Inúmeros documentos que tratam da taxa de letalidade da Covid-19 no Brasil apontam que o vírus tem sido mais letal entre pessoas negras e pobres (BATISTA *et al.*, 2020). É muito significativo o fato da primeira morte por Covid-19 no país ter acometido uma mulher negra, pobre e empregada doméstica. Ao analisar o Banco de Dados de Síndrome Respiratória Aguda Grave, incluindo dados da Covid-19, os autores constataam que “a proporção de óbitos em pacien-

tes pretos e pardos foi maior do que a de brancos, mesmo por faixa etária, por nível de escolaridade e em município de índice de desenvolvimento humano elevado. (...)” (BATISTA et al., 2020, p.10-11). Ao cruzar as categorias escolaridade e etnia, a nota conclui que “as chances de mortes de um paciente preto ou pardo analfabeto são 3,8 vezes maiores que um paciente branco com nível superior (...)” (idem, p.10-11). Tendo em vista que negros e pardos encontram-se nos extratos mais pobres do país, torna-se evidente o peso da pobreza e da desigualdade social na definição do número de óbitos por Covid-19 no Brasil.

Ao realizar um balanço dos impactos das desigualdades raciais e sociais nas mortes por Covid-19 em 2020, em São Paulo, tendo em vista os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), o Informativo Desigualdades raciais e Covid-19 de autoria de MARINHO et al., (2021) e publicado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP observa que “enquanto camadas mais privilegiadas da sociedade – de maioria branca – possuem recursos que lhes asseguram a possibilidade de cumprir o isolamento social trabalhando em casa, profissionais informais e precarizados, majoritariamente negros, seguem cada vez mais expostos” (MARINHO et al., 2021, p. 3). Ao calcular o excesso de mortalidade, que significa “a diferença entre a quantidade de óbitos esperada em 2020 e a quantidade de óbitos observada para o mesmo ano (MARINHO et al., 2021, p. 5), no cenário de pandemia, é possível observar no Brasil “um excesso de mortalidade de 27,8% (153 mil óbitos) para os pretos e pardos em 2020, enquanto para os brancos de 17,6% (117 mil óbitos). Já São Paulo “registrou 25,1% de mortes a mais entre negros e 11,5% entre brancos em 2020 (MARINHO et al., 2021, p. 7)”

Tal cenário, onde pobreza, etnia e altos números de mortes por Covid-19 estão relacionados não é exclusivo do Brasil. Nos EUA, por exemplo, dados do *APM Research Lab* (2021) demonstram disparidades dada a condição étnica que, por sua vez, também indica a condição econômica, entre as mortes por Covid-19 no país. Consta-se que o vírus é profundamente mais letal entre populações mais pobres e, portanto, mais fragilizadas, quais sejam, negros e indígenas e outras populações não brancas, com maior mortalidade entre indígenas e latino-americanos.

Em virtude da atualidade do debate e relevância, este dossiê temático intitulado “Desigualdade Social e Pobreza” da Revista Desenvolvimento em Debate, do Instituto de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento – INCT/PPED traz reflexões teóricas e abordagens explicativas sobre temas relacionados a desigualdade social e a pobreza, bem como reflexões a partir de resultados de pesquisas empíricas sobre temas

como pobreza, desigualdade social, políticas públicas de combate a pobreza e desigualdade social, programas de transferência de renda e iniciativas da sociedade civil destinadas à redução da pobreza e desigualdade social.

O Dossiê está estruturado em dois blocos. Um primeiro bloco trata do tema da **pobreza**, conceito, concepção de pobreza que permeiam as políticas públicas e métodos de mensuração. Assim, o ensaio “Pobreza e desenvolvimento: imaginários coloniais e insurgências teóricas desde o Sul”, de Pâmela Marconatto Marques e Dayana Cristina Mezzonato Machado, discute a concepção do tema da pobreza ao longo do tempo, e como este tema se materializa nas políticas de desenvolvimento rural. As autoras priorizam as teorias elaboradas por intelectuais do sul do mundo, com destaque para os haitianos George Anglade e Jean Casimir, o iraniano Majid Rahnama e o beninense Albert Tevoedjè, com objetivo de identificar o que chamam de gênese da chamada pobreza global, buscando desestabilizar as perspectivas unívocas do termo. Para as autoras a pobreza é uma ideia que porta uma narrativa e um imaginário, que carrega uma estética e um vocabulário, que determina um processo de docilização e demonização daqueles reconhecidos como pobres, nas diferentes regiões do mundo. O contexto brasileiro é abordado a partir da referência ao caboclo, descrito por Monteiro Lobato na figura do Jeca Tatu, como aquele indivíduo repleto de carências e ignorante, rural, atrasado, sobretudo, inadaptável à civilização, sendo esta referência de pobreza ainda hoje encontrada em políticas públicas desenvolvimentistas no país. O mérito das autoras é tensionar o debate sobre o tema da pobreza, que reconhecem ser um fenômeno multifacetado, complexo e histórico, definido sempre em suas relações e interações.

Neste sentido, a perspectiva monetária é limitada para mensurar a pobreza. Este tema é tratado no artigo de Letícia Diniz, intitulado “Índice de pobreza multidimensional (IPM) no Mercosul: um método *sinequa non* para a integração social”, que reflete sobre os métodos utilizados atualmente para mensurar a pobreza nos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul). A partir de uma revisão bibliográfica sobre as abordagens de pobreza, desde a perspectiva absoluta, relativa e multidimensional, a autora expõe as limitações da perspectiva unidimensional de referência monetária. No estudo a autora também mobiliza dados quantitativos dos institutos nacionais de estatísticas nos países do Mercosul e aplica nestes o índice de pobreza multidimensional (IPM), criado em 2010 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que mede a pobreza a partir do bem estar econômico (ingresso) e os direitos (as carências sociais), com isso revela situações de pobreza mais profundas, até então invisíveis para os países e seus governos. O resultado é a defesa, ao final do documento, da necessidade de criação

e aplicação de um índice de pobreza multidimensional comum no Mercosul, que possa identificar pobreza nos países, nas suas múltiplas dimensões, e com isso, contribuir na elaboração de políticas sociais adequadas ao combate da pobreza e ao fortalecimento da integração social na região.

O artigo ‘Percepções e representações sociais de famílias pobres e atores institucionais sobre pobreza e ação pública’, de Andréia Tecchio, Geneviève Cortes, Monique Medeiros e Ademir Antonio Cazella analisa a subjetividade da pobreza e de ações públicas na perspectiva de famílias pobres e atores institucionais, na região Oeste do estado de Santa Catarina, Brasil. A partir de revisão bibliográfica, documental e entrevistas com 40 famílias pobres e 38 atores institucionais da região, o estudo se apoia nos conceitos da territorialização da ação pública, da pobreza objetiva com ênfase na sua dimensão absoluta e relativa e da pobreza subjetiva. Inspirados na sociologia da pobreza de George Simmel e Serge Paugam, entre outros, os autores problematizam a representação social da pobreza, como os chamados “pobres” se reconhecem nesta situação (ou não), e quais interações caracterizam suas vidas em sociedade. O resultado da pesquisa apresentada pelos autores destaca que mais da metade das famílias entrevistadas se considera pobre e atribui esta situação à falta de bens materiais. A condição social de pobre é considerada pelo restante dos entrevistados como desqualificada, sendo estigmatizada pela maioria dos atores institucionais entrevistados, o que contribui na ineficácia na execução das políticas públicas de combate à pobreza na região.

A concepção de pobreza nas políticas públicas, e a estigmatização daqueles que acessam estas políticas, também aparece no artigo de Francisco Emerson de Siqueira, Jairo Bezerra Silva, Lemuel Dourado Guerra e Larissa da Silva Ferreira Alves, intitulado “Notas reflexivas sobre o Auxílio Emergencial Temporário no Brasil em tempos da pandemia da COVID-19”, que discute a política do auxílio emergencial criada para atender famílias desempregadas e vulneráveis aos efeitos da pandemia da COVID-19. A partir de dez relatos de beneficiados pelo auxílio emergencial em matérias publicadas em diferentes jornais e *sites* da internet, os autores discutem os dilemas neles expostos, e descrevem o processo de implantação, prorrogação e extinção do auxílio emergencial, viabilizado por uma mudança substancial do discurso midiático relativo às políticas de transferências de renda. Um paralelo é feito com os beneficiários do Programa Bolsa Família, estigmatizados por acessarem esta política de transferência de renda e tratados como desqualificados – tais como ‘vagabundos’, ‘preguiçosos’, ‘acomodados’ e outros dessa natureza. A despeito de ambas serem políticas de transferência de renda, os autores constatarem nas notícias haver uma contínua estigmatização dos beneficiários do bolsa família, enquanto a narrativa do auxílio emergencial

destaca uma necessidade social que deve ser valorizada, acolhida pelas ações governamentais de promoção de transferência de renda no Brasil.

O segundo bloco do presente Dossiê focaliza a discussão sobre desigualdade, tendo em vista suas diferentes concepções, bem como a forma como se manifesta, espacialmente e socialmente e impacta diferentes segmentos da sociedade, também neste período que o mundo vivencia a pandemia causada pelo vírus da COVID-19. Assim, discute-se a vinculação existente entre desigualdade e aspectos como etnia, região, urbanização e gênero.

No artigo “Desigualdade multidimensional, insuficiência socioeconômica e concentração de renda no Brasil a partir de um olhar macrorregional”, Cassiano Bezerra Marques e Juliana Bacelar Araújo se propõem a apresentar uma análise da evolução da desigualdade no Brasil de 2004 a 2015, a partir de um enfoque multidimensional e de um recorte macrorregional. Neste sentido, os autores verificam que o Brasil, nesse período, desconcentrou renda e obteve relativa melhora nas condições de vida da população, especialmente, quanto ao acesso a determinados bens de consumo duráveis. Entretanto, poucos avanços foram observados na direção da redução das desigualdades em outras dimensões, como no acesso a bens e serviços públicos. Assim, com a análise, os autores identificam a existência de uma expressiva disparidade inter-regional quanto à concentração da renda e à insuficiência socioeconômica e concluem que a redução das desigualdades no país limitou-se às dimensões relacionadas ao acesso à renda e ao consumo de uso individual.

Na sequência, o artigo denominado “O índice de progresso social dos municípios de Santa Catarina (2010-2017)”, de Michele Romanello, a partir da visão da avaliação de progresso social centrada nas capacitações das pessoas, se propõe a medir o bem-estar dos municípios do estado de Santa Catarina no período 2010-2017. A metodologia utilizada no trabalho para construir um índice consiste em uma adaptação da abordagem utilizada pelo Social Progress Index (SPI). Com o trabalho o autor conclui que: i) o progresso social tem uma relação mais evidente com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do que com o PIB per capita; ii) a maioria dos municípios de Santa Catarina, mesmo aqueles que ocupam as melhores posições em termos de desenvolvimento social, precisam melhorar pelo menos uma dimensão do progresso social. eiii) os municípios com menor índice estão, em geral, nas mesorregiões oeste, serrana e parte da mesorregião norte; por outro lado, os municípios com o melhor índice estão localizados no leste do estado de Santa Catarina.

O artigo “Contradições na “Cidade do charme”: a interseccionalidade nas desigualdades em Baltimore, Estados Unidos”, a partir de uma

análise bibliográfica e de um trabalho de campo etnográfico realizado entre 2016 e 2019, na cidade de Baltimore, nos Estados Unidos, a autora Camila Daniel analisa a interseção entre raça, classe e fluxos migratórios no espaço urbano. Cidade majoritariamente negra, Baltimore enfrenta uma segregação racial histórica, agravada pelos ciclos de crise do capitalismo. No final do século XX, a cidade sofreu com a desindustrialização, o desemprego estrutural, uma brusca queda populacional e uma política de austeridade. Conforme a autora, na tentativa de recuperar a economia da cidade, Baltimore mergulhou numa reforma urbana que privilegia os bairros majoritariamente brancos, através de empreendimentos corporativos e do investimento em equipamentos de hospedagem, lazer, esporte, turismo e infraestrutura que deram a Baltimore a alcunha de “cidade do charme”. Enquanto isso, os bairros negros sofrem ou com o desinvestimento ou com a gentrificação.

Laura Pautassi, no artigo “A un año de la pandemia: Los cuidados en el centro y en los márgenes”, reflexe sobre os elementos constitutivos e conceituais do sistema de cuidados desde uma perspectiva de gênero e de direitos humanos. O artigo trata, assim, sobre um tema central para a conformação de uma arquitetura de bem-estar que tem sido sublimado em quase todos os países da América Latina, com a exceção do Uruguai e Costa Rica. Pautassi analisa de que modo os cuidados aparecem no centro das preocupações no contexto da pandemia e chama a atenção para a necessidade de as ações não reproduzirem as desigualdades prejudiciais para as mulheres, características das situações normais, para não reforçar desigualdades estruturais nas sociedades e garantir direitos sociais.

Por fim, Manuel Ignacio Martínez Espinoza, no artigo “La Renta Básica Universal de Género. Una propuesta contundente contra la pobreza y la desigualdad en México” apresenta uma análise do regime de proteção social do México, salientando uma série de características constitutivas. A continuação, defende que a implementação de uma renda básica universal poderia contribuir para solucionar as debilidades do regime de proteção social no país. Propõe, para a sua implementação, começar por proteger as mulheres, por entender que estas constituem o grupo social mais vulnerável, sobretudo no contexto da pandemia da COVID-19.

Referências

- APM RESEARCH LAB STAFF. The color of coronavirus: covid-19 deaths by race and ethnicity in the U.S. March 5, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3aPRrD3>. Acesso: 15 mar. 2021.
- BATISTA, A; ANTUNES, B.; FAVERET, G.; PERES, I; MARCHESI, J.; CUNHA, J. P. C.; DANTAS, L.; BASTOS, L.; CARRILHO, L.; AGUILAR, S. & BAIÃO, F.; MAÇAIRA, P.; HAMACHER, S. & BOZZA, F. Análise socioeconômica da taxa de letalidade da Covid-19 no Brasil. *Nota Técnica* 11, de 27/05/2020, publicada pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da PUC-Rio. Disponível em <https://bit.ly/3t4d7ls>. Acesso: 15 mar. 2021.
- BILAL, U.; ALAZRAQUI, M.; CAIAFFA, W. T.; LOPEZ-OLMEDO, N.; MARTINEZ-FOLGAR, K.; MIRANDA, J.; RODRIGUEZ, D. A.; VIVES, A.; DIEZ-ROUX, A. Inequalities in life expectancy in six large Latin American cities from the SALURBAL study: an ecological analysis. *Lancet Planet Health* 2019; 3: e503–10. Published Online December 10, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3aNmAw>. Acesso: 15 mar. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. *Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica*, n.41. Disponível em: <https://bit.ly/3vvRo8U>. Acesso: 15 mar. 2021.
- MARINHO, F. et al. Informativo Desigualdades raciais e Covid-19 - Disparidades raciais no excesso de mortalidade em tempos de Covid-19 em São Paulo. *Novos Estudos-CEBRAP*, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/2Shomdt>. Acesso: 15 mar. 2021.
- NERI, M. C. A. A escalada da desigualdade - qual foi o impacto da crise sobre distribuição de renda e a pobreza? 34p. Rio de Janeiro: FGV, Ago. 2019. Pesquisa disponível em: <https://cps.fgv.br/desigualdade>
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME AND OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE (UNDP - OPHI). Global Multidimensional Poverty Index 2019, *Illuminating Inequalities*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/2019-MPI>. Acesso: 15 mar. 2021.